


## O ANALFABETISMO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: LIMITES E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### ILLITERACY IN BRAZIL AND SOCIAL INEQUALITIES: LIMITS AND CHALLENGES OF PUBLIC POLICIES

 <https://doi.org/10.63330/armv2n5-048>

Submetido em: 18/05/2026 e Publicado em: 25/05/2026

**Andressa Maria Freire da Rocha Arana**  
Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes  
UNIVASSOURAS  
E-mail: [andressa.arana@univassouras.edu.br](mailto:andressa.arana@univassouras.edu.br)

**Bruna Conceição da Silva**  
Graduanda em Licenciatura em Pedagogia  
UNIVASSOURAS  
E-mail: [pesquisasbruna05@gmail.com](mailto:pesquisasbruna05@gmail.com)

**Flaviane Melo de Anchieta**  
Mestre  
UNIVASSOURAS  
E-mail: [pesquisas.flaviane@gmail.com](mailto:pesquisas.flaviane@gmail.com)

**Gabriela Ferreira da Silva**  
Graduanda em Licenciatura em Pedagogia  
UNIVASSOURAS  
E-mail: [pesquisas.gabrielaa@gmail.com](mailto:pesquisas.gabrielaa@gmail.com)

#### RESUMO

O presente estudo discute o analfabetismo no Brasil a partir de sua relação com as desigualdades sociais e os limites das políticas públicas educacionais voltadas ao seu enfrentamento. O trabalho parte da compreensão de que o analfabetismo ultrapassa a ausência da leitura e da escrita, constituindo-se como fenômeno social historicamente associado à exclusão educacional, às desigualdades econômicas e à restrição de acesso a direitos fundamentais. O objetivo da pesquisa foi analisar os impactos das políticas públicas no combate ao analfabetismo e compreender como as desigualdades sociais interferem no acesso da população brasileira à educação. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise documental de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de Freire (1987), Saviani (2008), Libâneo (2012), Arroyo (2011), Bourdieu e Passeron (2014) e Soares (2004). Os resultados demonstram que, apesar da redução gradual das taxas de analfabetismo no Brasil, persistem desigualdades regionais, sociais e raciais que limitam o acesso



igualitário à educação. Observou-se que políticas públicas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Programa Brasil Alfabetizado e o Plano Nacional de Educação contribuíram para avanços importantes, embora ainda enfrentem desafios relacionados à permanência escolar, qualidade da aprendizagem e inclusão social. Conclui-se que o enfrentamento do analfabetismo exige políticas públicas contínuas e articuladas, comprometidas não apenas com o acesso à escola, mas também com a democratização do conhecimento e a redução das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** Analfabetismo; Políticas públicas educacionais; Desigualdade social; Educação brasileira; Inclusão educacional.

### ABSTRACT

This study discusses illiteracy in Brazil based on its relationship with social inequalities and the limitations of public educational policies aimed at combating it. The research is grounded in the understanding that illiteracy goes beyond the absence of reading and writing skills, constituting a social phenomenon historically associated with educational exclusion, economic inequality, and restricted access to fundamental rights. The objective of this study was to analyze the impacts of public policies on combating illiteracy and to understand how social inequalities interfere with the Brazilian population's access to education. The research is qualitative in nature and was developed through bibliographic review and documentary analysis of data from the Continuous National Household Sample Survey – Education 2024, published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The study is theoretically based on the contributions of Freire (1987), Saviani (2008), Libâneo (2012), Arroyo (2011), Bourdieu and Passeron (2014), and Soares (2004). The results show that, despite the gradual reduction in illiteracy rates in Brazil, regional, social, and racial inequalities still persist, limiting equal access to education. Public policies such as Youth and Adult Education (EJA), the Brazil Literate Program, and the National Education Plan contributed to important advances, although they still face challenges related to school retention, quality of learning, and social inclusion. It is concluded that combating illiteracy requires continuous and articulated public policies committed not only to access to schooling, but also to the democratization of knowledge and the reduction of social inequalities.

**Keywords:** Illiteracy; Educational public policies; Social inequality; Brazilian education; Educational inclusion.



## 1 INTRODUÇÃO

O analfabetismo no Brasil permanece como uma das expressões mais profundas das desigualdades sociais que atravessam a formação histórica do país. Embora os índices educacionais tenham apresentado avanços nas últimas décadas, milhões de brasileiros ainda convivem com limitações relacionadas ao acesso à leitura, à escrita e às oportunidades educacionais. Esse cenário evidencia que o analfabetismo não pode ser compreendido apenas como uma dificuldade individual de aprendizagem, mas como resultado de processos históricos marcados pela exclusão social, pela concentração de renda e pelas desigualdades no acesso aos direitos básicos.

Historicamente, a educação brasileira foi estruturada de forma seletiva, atendendo prioritariamente grupos economicamente privilegiados. Durante longos períodos, grande parte da população permaneceu afastada da escolarização formal, especialmente pessoas pobres, negras e residentes de regiões socialmente vulneráveis. Mesmo após a ampliação do acesso à escola promovida ao longo do século XX, as desigualdades educacionais continuaram presentes, revelando que a democratização do ensino ocorreu de maneira desigual e insuficiente.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que o analfabetismo ultrapassa a ausência da leitura e da escrita. Trata-se de um fenômeno social que interfere diretamente na participação dos indivíduos na vida política, econômica e cultural. Pessoas em situação de analfabetismo enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, acesso limitado à informação e obstáculos no exercício pleno da cidadania.

Freire (1987) afirma que a alfabetização não deve ser reduzida ao domínio mecânico das palavras, mas compreendida como possibilidade de leitura crítica do mundo. Sob essa perspectiva, o combate ao analfabetismo está diretamente relacionado à construção da autonomia e da participação social dos sujeitos. Em diálogo com essa compreensão, Bourdieu e Passeron (2014) destacam que as desigualdades educacionais refletem mecanismos de reprodução social, nos quais determinados grupos possuem maiores condições de acesso aos bens culturais valorizados pela escola. Assim, o espaço educacional, muitas vezes, reproduz desigualdades já existentes na sociedade.

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de refletir sobre os limites e desafios das políticas públicas educacionais voltadas ao enfrentamento do analfabetismo no Brasil. Apesar da implementação de programas de alfabetização, da ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), os índices de analfabetismo ainda permanecem elevados em determinados grupos sociais e regiões do país. Tal realidade demonstra que o avanço quantitativo do acesso à escola não foi suficiente para garantir equidade educacional.

Segundo Saviani (2008), a educação constitui um direito social fundamental e deve ser compreendida como elemento essencial para a democratização do conhecimento e para a redução das



desigualdades sociais. Nessa mesma perspectiva, Libâneo (2012) ressalta que a escola possui função social que ultrapassa a transmissão de conteúdos, sendo responsável pela formação crítica dos sujeitos e pela promoção da participação social.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel das políticas públicas no enfrentamento do analfabetismo no Brasil, buscando compreender seus impactos na redução das desigualdades educacionais. Como objetivos específicos, pretende-se discutir o panorama do analfabetismo no território brasileiro, identificar as principais políticas públicas implementadas ao longo das últimas décadas e refletir sobre os desafios ainda existentes para a promoção da inclusão educacional e da justiça social.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). O estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de autores como Freire, Saviani, Libâneo, Arroyo e Bourdieu, cujas reflexões possibilitam compreender a educação enquanto fenômeno social, político e histórico.

Dessa forma, este artigo propõe discutir o analfabetismo para além de indicadores estatísticos, compreendendo-o como expressão das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Ao abordar os limites e os desafios das políticas públicas educacionais, busca-se contribuir para o fortalecimento do debate sobre a educação como direito fundamental e como instrumento de transformação social.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

As políticas públicas educacionais ocupam papel central na garantia do direito à educação e no enfrentamento das desigualdades sociais. Em um país marcado por profundas diferenças econômicas, regionais e culturais, como o Brasil, pensar educação significa também discutir acesso, permanência, oportunidades e justiça social. O problema é que a ampliação do acesso à escola, isoladamente, não assegura democratização do ensino. Muitos estudantes conseguem ingressar no sistema educacional, mas continuam afastados de condições efetivas de aprendizagem.

A própria trajetória da educação brasileira revela esse processo de exclusão. Durante décadas, a escolarização esteve concentrada nas camadas economicamente privilegiadas da sociedade, enquanto grande parte da população permanecia sem acesso ao ensino formal. Esse cenário atingiu principalmente pessoas pobres, negras e moradores de regiões periféricas e rurais, produzindo desigualdades que ainda atravessam a realidade educacional brasileira.

Saviani (2008) afirma que a educação deve ser compreendida como direito social e responsabilidade



do Estado. Para o autor, a democratização do ensino depende da construção de políticas públicas comprometidas não apenas com a expansão das matrículas, mas com a garantia do acesso ao conhecimento historicamente produzido. Quando esse compromisso não se concretiza, a escola tende a reforçar desigualdades já existentes, dificultando que grupos socialmente vulneráveis tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais.

Essa discussão ganha ainda mais força nas reflexões de Libâneo (2012), ao defender que a escola possui uma função social que ultrapassa a transmissão de conteúdos. O espaço escolar participa da formação crítica dos sujeitos e da construção da cidadania. Isso significa que políticas educacionais não podem se limitar à oferta de vagas. É preciso garantir condições reais de permanência, aprendizagem e desenvolvimento. Caso contrário, a exclusão continua existindo dentro da própria escola. Freire (1987) também critica modelos educacionais centrados apenas na transmissão mecânica de conhecimentos. Para o autor, a educação precisa dialogar com a realidade concreta dos estudantes, reconhecendo suas experiências, trajetórias e contextos sociais. Alfabetizar não significa somente ensinar códigos linguísticos, mas possibilitar leitura crítica do mundo. Quando políticas públicas ignoram as desigualdades sociais que atravessam a vida dos sujeitos, a educação perde parte de seu potencial transformador.

Arroyo (2011) amplia esse debate ao mostrar que as desigualdades educacionais não surgem isoladamente. Elas refletem desigualdades sociais muito mais amplas, relacionadas à pobreza, ao trabalho precoce, à insegurança alimentar, ao racismo estrutural e à ausência de direitos básicos. Muitas vezes, o estudante chega à escola já atravessado por condições de vulnerabilidade que interferem diretamente em sua aprendizagem. Ignorar esse contexto significa responsabilizar o indivíduo por problemas que possuem origem estrutural.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou na ampliação do acesso à educação básica. A universalização do ensino fundamental, a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e programas voltados à inclusão educacional contribuíram para a redução gradual das taxas de analfabetismo e para o aumento da escolarização da população. Ainda assim, os avanços não ocorreram de forma homogênea. Regiões historicamente vulneráveis continuam apresentando maiores dificuldades relacionadas à qualidade da educação, permanência escolar e acesso a recursos pedagógicos.

Persistem também desafios relacionados ao financiamento da educação pública, à valorização docente e às condições estruturais das instituições de ensino. Em muitas realidades escolares, estudantes e professores convivem com limitações que impactam diretamente o processo educativo, como ausência de recursos pedagógicos adequados, dificuldades de acesso às tecnologias e contextos sociais marcados pela vulnerabilidade econômica.

A expansão das matrículas, portanto, não resolve sozinha os desafios educacionais brasileiros. Muitos estudantes permanecem inseridos em contextos marcados pela precarização das condições de ensino,



dificuldades de aprendizagem e desigualdade no acesso a recursos tecnológicos e culturais. Isso revela que os desafios da educação brasileira ultrapassam números e estatísticas. Existe uma dimensão social e histórica que precisa ser considerada na formulação das políticas públicas.

Diante disso, compreender a educação como direito exige reconhecer que democratizar o ensino não significa apenas garantir entrada na escola. Significa criar condições para que todos os sujeitos possam aprender, permanecer e participar socialmente de maneira crítica e autônoma. Sem investimento contínuo, políticas estruturadas e compromisso com a equidade, a educação corre o risco de continuar reproduzindo desigualdades que historicamente deveria combater.

## 2.2 O MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

O analfabetismo no Brasil permanece como uma das expressões mais evidentes das desigualdades sociais e educacionais presentes no país. Embora os indicadores tenham apresentado redução nas últimas décadas, milhões de brasileiros ainda vivem sem domínio pleno da leitura e da escrita. Quando os dados são observados de maneira mais detalhada, percebe-se que o analfabetismo continua atingindo principalmente grupos historicamente vulnerabilizados, revelando que a exclusão educacional está diretamente associada às desigualdades sociais, econômicas e raciais existentes no território brasileiro. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Educação 2024), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil registrou, em 2024, cerca de 9,1 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade, correspondendo a uma taxa nacional de 5,3%. Apesar da redução observada ao longo dos últimos anos, os dados demonstram que o analfabetismo ainda representa um desafio significativo para a educação brasileira.

Quadro 1 – Evolução da taxa de analfabetismo no Brasil (2016–2024)

Ano	Taxa de analfabetismo
2016	6,7%
2023	5,4%
2024	5,3%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024.

Os dados da PNAD Contínua demonstram que a taxa nacional de analfabetismo caiu de 6,7%, em 2016, para 5,3% em 2024. Ainda que a redução represente um avanço importante, o número absoluto de pessoas analfabetas permanece elevado, evidenciando que a ampliação do acesso à escolarização não foi suficiente para eliminar as desigualdades educacionais historicamente construídas no país.

As desigualdades regionais tornam-se ainda mais evidentes quando se analisa a distribuição do analfabetismo entre as diferentes regiões brasileiras. A Região Nordeste apresentou, em 2024, a maior taxa



do país, alcançando 11,1% da população com 15 anos ou mais de idade, enquanto a Região Norte registrou 6,0%. Em contrapartida, as menores taxas foram observadas no Sul (2,7%) e Sudeste (2,8%).

Quadro 2 – Taxa de analfabetismo por região do Brasil (2024)

<b>Região</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
Nordeste	11,1%
Norte	6,0%
Centro-Oeste	3,3%
Sudeste	2,8%
Sul	2,7%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024.

O IBGE destaca que a Região Nordeste concentra 55,6% da população analfabeta brasileira, totalizando aproximadamente 5,1 milhões de pessoas. Esse cenário evidencia que as desigualdades educacionais refletem desigualdades sociais historicamente consolidadas. Arroyo (2011) afirma que a exclusão escolar está profundamente relacionada às condições de vida da população, sendo impossível compreender os problemas educacionais sem considerar fatores como pobreza, desigualdade de renda e ausência de acesso a direitos básicos.

As contribuições de Bourdieu e Passeron (2014) ajudam a aprofundar essa discussão ao demonstrarem que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais já existentes. Para os autores, estudantes provenientes das classes populares enfrentam maiores dificuldades de adaptação às exigências escolares, uma vez que a escola valoriza determinados capitais culturais associados às classes socialmente privilegiadas. Dessa maneira, a desigualdade não se manifesta apenas no acesso à escola, mas também nas condições efetivas de aprendizagem e permanência escolar.

As desigualdades raciais também aparecem de forma significativa nos indicadores educacionais brasileiros. Em 2024, a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas com 15 anos ou mais foi de 3,1%, enquanto entre pessoas pretas ou pardas o índice alcançou 6,9%. A diferença torna-se ainda mais expressiva entre a população idosa: entre pessoas com 60 anos ou mais, a taxa foi de 8,1% para brancos e 21,8% para pretos e pardos.

Quadro 3 – Taxa de analfabetismo por raça/cor (2024)

<b>Grupo racial</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
Branco	3,1%
Pretos e pardos	6,9%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024.



Esses dados evidenciam permanências históricas relacionadas ao racismo estrutural e à desigualdade de acesso à educação ao longo da história brasileira. A escolarização da população negra ocorreu de forma profundamente desigual, produzindo impactos que atravessam gerações e continuam presentes nos indicadores educacionais contemporâneos.

Freire (1987) afirma que o analfabetismo não pode ser compreendido apenas como ausência do domínio técnico da leitura e da escrita. Para o autor, alfabetizar significa também possibilitar leitura crítica da realidade e participação social consciente. Sob essa perspectiva, o analfabetismo representa uma forma de exclusão que limita o exercício da cidadania e restringe a autonomia dos sujeitos.

Outro dado importante refere-se à relação entre analfabetismo e faixa etária. Em 2024, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 60 anos ou mais alcançou 14,9%, enquanto entre pessoas com 40 anos ou mais foi de 9,1%. Os números demonstram que as maiores taxas permanecem concentradas entre a população idosa, refletindo períodos históricos nos quais o acesso à educação era ainda mais restrito.

Quadro 4 – Taxa de analfabetismo por faixa etária (2024)

<b>Faixa etária</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
15 anos ou mais	5,3%
25 anos ou mais	6,3%
40 anos ou mais	9,1%
60 anos ou mais	14,9%

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024.

Os dados da PNAD Contínua revelam que as novas gerações apresentam melhores índices de alfabetização, indicando avanços na ampliação do acesso à escola ao longo das últimas décadas. Ainda assim, a permanência de taxas elevadas entre adultos e idosos evidencia que os impactos da exclusão educacional permanecem ao longo da vida, interferindo nas oportunidades de trabalho, no acesso à informação e na participação social.

Existe ainda um aspecto que amplia o debate sobre alfabetização no Brasil: o analfabetismo funcional. Muitos sujeitos passaram pela escola sem consolidar plenamente habilidades de leitura, interpretação e escrita. Em diversos casos, a escolarização ocorreu de maneira precária, sem garantir apropriação efetiva do conhecimento. Isso demonstra que o desafio educacional brasileiro não se limita apenas ao acesso à escola, mas envolve também qualidade da aprendizagem e condições reais de desenvolvimento educacional.

O mapa do analfabetismo no Brasil revela, portanto, um cenário marcado por avanços e permanências. A redução gradual das taxas representa uma conquista importante, mas ainda insuficiente diante das desigualdades estruturais presentes no país. Combater o analfabetismo exige políticas públicas



contínuas, investimentos em educação de qualidade e estratégias capazes de enfrentar não apenas os indicadores educacionais, mas também as condições sociais que limitam o acesso da população ao direito à educação.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DO ANALFABETISMO

O enfrentamento do analfabetismo no Brasil tem sido historicamente associado à criação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação e à garantia do direito à escolarização. Ainda que o país tenha apresentado avanços importantes na redução das taxas de analfabetismo ao longo das últimas décadas, a permanência de profundas desigualdades sociais evidencia que o problema não pode ser compreendido apenas como uma limitação educacional. O analfabetismo expressa desigualdades históricas relacionadas à distribuição de renda, ao acesso a direitos sociais e às oportunidades educacionais oferecidas à população brasileira.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado. A partir desse momento, o acesso à educação passou a ser compreendido como elemento indispensável para a construção da cidadania e para a redução das desigualdades sociais. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforçou esse entendimento ao estabelecer princípios relacionados à democratização do ensino e à garantia da educação básica como direito social.

Mesmo diante desses avanços legais, a realidade educacional brasileira permaneceu marcada por profundas desigualdades de acesso e permanência escolar. Grande parte da população adulta e idosa foi historicamente excluída do processo de escolarização, especialmente pessoas pobres, negras e residentes de regiões socialmente vulneráveis. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ocupar papel relevante nas políticas públicas educacionais brasileiras.

Freire (1987) compreende a alfabetização como processo político e emancipador. Para o autor, ensinar jovens e adultos a ler e escrever não significa apenas transmitir códigos linguísticos, mas possibilitar leitura crítica da realidade e participação consciente na vida social. A alfabetização, nessa perspectiva, relaciona-se diretamente à autonomia dos sujeitos e à construção da cidadania. Quando reduzida a uma prática mecânica e descontextualizada, a educação perde seu potencial transformador.

As reflexões de Gadotti (2003) caminham na mesma direção ao defender que a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como direito humano fundamental. O autor destaca que jovens e adultos em situação de analfabetismo carregam trajetórias marcadas pela exclusão social e pela negação histórica do direito à educação. Dessa forma, políticas públicas voltadas à EJA não podem assumir caráter apenas compensatório, mas precisam reconhecer os sujeitos como protagonistas de seus processos educativos.

Nesse cenário, o Programa Brasil Alfabetizado representou uma das principais iniciativas federais



de enfrentamento do analfabetismo nas últimas décadas. Instituído pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, o programa teve como objetivo ampliar ações de alfabetização destinadas a jovens, adultos e idosos, especialmente em municípios com elevados índices de analfabetismo. A iniciativa priorizou regiões historicamente mais vulneráveis, como Norte e Nordeste, buscando ampliar oportunidades de acesso à escolarização.

Apesar da relevância dessas ações, diversos pesquisadores apontam limites importantes relacionados à efetividade das políticas públicas de alfabetização no Brasil. Di Pierro (2010) afirma que a Educação de Jovens e Adultos historicamente ocupou posição secundária nas políticas educacionais brasileiras, recebendo investimentos reduzidos e enfrentando fragilidades estruturais relacionadas à formação docente, continuidade dos estudos e permanência dos estudantes.

Essa fragilidade também aparece na análise de Haddad e Di Pierro (2000), ao destacarem que grande parte das políticas voltadas à alfabetização de adultos no Brasil ocorreu de maneira descontínua, sem planejamento estrutural de longo prazo. Em muitos casos, programas educacionais foram desenvolvidos como ações emergenciais, sem articulação consistente com políticas permanentes de escolarização e inclusão social.

Saviani (2008) ressalta que políticas públicas educacionais não devem ser compreendidas como iniciativas isoladas ou assistencialistas. Para o autor, a democratização da educação exige investimento contínuo, compromisso político e garantia efetiva do acesso ao conhecimento historicamente produzido. Quando políticas educacionais se limitam à ampliação estatística das matrículas, sem assegurar condições reais de aprendizagem, o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades já existentes na sociedade.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando se observa a permanência do analfabetismo funcional no Brasil. Embora milhões de brasileiros tenham frequentado a escola, muitos sujeitos apresentam dificuldades de interpretação textual, compreensão de informações e utilização social da leitura e da escrita. Tal realidade demonstra que o problema educacional brasileiro ultrapassa o acesso formal à escola.

Soares (2004) diferencia alfabetização e letramento ao afirmar que aprender o sistema de escrita não garante, necessariamente, participação efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita. Sob essa perspectiva, sujeitos podem ser considerados alfabetizados formalmente, mas ainda apresentarem limitações significativas no uso social da linguagem escrita. Isso amplia o debate sobre qualidade da educação e evidencia que combater o analfabetismo envolve também discutir condições concretas de aprendizagem.

Os dados da PNAD Contínua Educação 2024 reforçam essas contradições. Embora a taxa nacional de analfabetismo tenha atingido 5,3%, a Região Nordeste ainda apresenta índice de 11,1%, permanecendo acima da meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE). A persistência dessas desigualdades revela que os avanços educacionais brasileiros ocorreram de forma desigual entre diferentes regiões e grupos sociais.



Cury (2002) destaca que o direito à educação não pode ser analisado apenas como acesso formal à escola. Para o autor, a garantia desse direito envolve permanência, qualidade educacional e condições efetivas de aprendizagem. Sem essas garantias, a educação pública corre o risco de reproduzir processos históricos de exclusão social. As desigualdades raciais também atravessam o debate sobre analfabetismo e políticas públicas educacionais. Os dados do IBGE demonstram que pessoas pretas e pardas apresentam taxas de analfabetismo significativamente superiores às da população branca. Esse cenário evidencia permanências históricas relacionadas ao racismo estrutural e às desigualdades de acesso à escolarização ao longo da história brasileira.

Nesse contexto, Arroyo (2011) afirma que as desigualdades educacionais não surgem isoladamente. Elas refletem desigualdades sociais muito mais amplas, relacionadas às condições de vida da população, à precarização do trabalho, à pobreza e à ausência de acesso a direitos básicos. Dessa maneira, políticas de enfrentamento do analfabetismo precisam dialogar com outras políticas sociais, reconhecendo que educação e desigualdade social são dimensões profundamente articuladas.

O combate ao analfabetismo no Brasil exige, portanto, muito mais do que campanhas de alfabetização ou expansão de matrículas escolares. Trata-se de enfrentar processos históricos de exclusão social que limitam o acesso da população ao direito à educação. Os avanços conquistados nas últimas décadas são importantes, mas ainda insuficientes diante das desigualdades estruturais que continuam atravessando a realidade educacional brasileira.

## 2.4 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas educacionais implementadas nas últimas décadas produziram impactos importantes na redução das taxas de analfabetismo no Brasil. A ampliação do acesso à educação básica, o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a criação de programas voltados à alfabetização contribuíram para diminuir significativamente o número de pessoas analfabetas no país. Ainda assim, os avanços observados nos indicadores educacionais convivem com permanências históricas de desigualdade social, revelando que os efeitos dessas políticas ocorreram de maneira desigual entre diferentes grupos da população.

Dados da PNAD Contínua Educação 2024 mostram que a taxa nacional de analfabetismo caiu de 6,7%, em 2016, para 5,3% em 2024. O número evidencia avanço importante no acesso à escolarização e demonstra que políticas públicas educacionais contribuíram para ampliar oportunidades de alfabetização da população brasileira. A expansão da rede pública de ensino e o fortalecimento de programas voltados à inclusão educacional tiveram participação significativa nesse processo.

Entretanto, a redução estatística das taxas de analfabetismo não significa, necessariamente, superação das desigualdades educacionais. Os próprios dados do IBGE revelam que o problema permanece



concentrado em grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente pessoas idosas, populações pretas e pardas e moradores das regiões Norte e Nordeste. Isso demonstra que os impactos das políticas públicas não ocorreram de maneira homogênea no território brasileiro.

Saviani (2008) afirma que a educação possui papel central na transformação social e na democratização do conhecimento. Contudo, o autor também alerta que políticas educacionais focadas apenas na ampliação quantitativa do acesso tendem a apresentar limites quando não acompanhadas de condições efetivas de aprendizagem. Nesse contexto, o aumento das matrículas escolares não garante, por si só, redução das desigualdades sociais e educacionais.

Essa contradição torna-se evidente quando se observa o debate sobre analfabetismo funcional no Brasil. Embora muitos sujeitos tenham frequentado a escola, parte significativa da população ainda apresenta dificuldades relacionadas à interpretação textual, compreensão crítica da leitura e utilização social da escrita. Isso revela que a escolarização formal nem sempre assegura apropriação efetiva do conhecimento.

Soares (2004) argumenta que alfabetização e letramento constituem processos distintos, ainda que complementares. Para a autora, aprender o sistema de escrita não significa, necessariamente, desenvolver capacidade crítica de leitura e participação nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Sob essa perspectiva, os impactos das políticas públicas educacionais precisam ser analisados para além dos indicadores quantitativos de alfabetização.

As desigualdades regionais também demonstram limites importantes das políticas educacionais brasileiras. Em 2024, enquanto a Região Sul apresentou taxa de analfabetismo de 2,7%, a Região Nordeste registrou índice de 11,1%. A permanência dessas diferenças evidencia que o acesso à educação ocorreu de maneira desigual entre as regiões do país, refletindo disparidades históricas relacionadas à renda, infraestrutura educacional e condições sociais da população.

As reflexões de Arroyo (2011) ajudam a compreender que os problemas educacionais brasileiros não podem ser desvinculados das desigualdades sociais mais amplas. Questões como pobreza, insegurança alimentar, precarização do trabalho e ausência de acesso a direitos básicos interferem diretamente no percurso escolar dos estudantes. Muitas vezes, o fracasso escolar é interpretado como responsabilidade individual, quando, na realidade, está profundamente relacionado às condições sociais vivenciadas pelos sujeitos.

Outro impacto importante das políticas públicas refere-se ao aumento da escolarização média da população brasileira. Segundo o IBGE (2024), o número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais passou de 9,1 anos, em 2016, para 10,1 anos em 2024. O dado revela ampliação do acesso à educação formal e crescimento da permanência escolar ao longo dos últimos anos.

Mesmo diante desses avanços, as desigualdades raciais continuam presentes nos indicadores



educacionais. Em 2024, pessoas brancas apresentaram média de 11 anos de estudo, enquanto pessoas pretas ou pardas alcançaram média de 9,4 anos. A diferença demonstra que os impactos das políticas públicas educacionais continuam atravessados por desigualdades históricas relacionadas ao racismo estrutural e às oportunidades de escolarização da população brasileira.

Bourdieu e Passeron (2014) contribuem para essa análise ao afirmarem que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais já existentes. Para os autores, estudantes provenientes das classes populares encontram maiores dificuldades de adaptação às exigências escolares, pois a escola valoriza conhecimentos e práticas culturais associados aos grupos socialmente privilegiados. Dessa maneira, a educação pode funcionar tanto como instrumento de democratização quanto de reprodução das desigualdades sociais.

Também merece destaque o impacto das políticas públicas voltadas à educação infantil e à ampliação da escolarização obrigatória. Dados da PNAD Contínua mostram que a taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos alcançou 99,5% em 2024. O indicador evidencia avanço importante relacionado à universalização do ensino fundamental. Apesar disso, a permanência de dificuldades de aprendizagem e atraso escolar demonstra que o acesso à escola não resolve, sozinho, os desafios educacionais brasileiros.

Libâneo (2012) afirma que qualidade educacional depende de condições concretas de ensino, formação docente, infraestrutura escolar e garantia de permanência dos estudantes. Quando essas condições não são asseguradas, a escola tende a aprofundar desigualdades já existentes, dificultando a construção de uma educação efetivamente democrática.

Freire (1987) também chama atenção para a necessidade de compreender a educação como prática de emancipação social. Para o autor, políticas públicas educacionais precisam possibilitar formação crítica e autonomia dos sujeitos, superando modelos de ensino centrados apenas na reprodução mecânica de conteúdos. Sob essa perspectiva, alfabetizar significa ampliar possibilidades de participação social, política e cultural.

Os impactos das políticas públicas educacionais no Brasil são, portanto, contraditórios. Houve avanços importantes na redução das taxas de analfabetismo, ampliação da escolarização e democratização do acesso à educação básica. Contudo, persistem desigualdades estruturais relacionadas à renda, raça, território e condições de vida da população. Isso demonstra que o combate ao analfabetismo exige políticas públicas contínuas, articuladas e comprometidas não apenas com indicadores quantitativos, mas com a construção de uma educação capaz de promover inclusão social e transformação da realidade.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca compreender o analfabetismo no Brasil a partir de suas relações com as desigualdades sociais, educacionais e econômicas.



Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com significados, valores, percepções e interpretações da realidade social, permitindo analisar fenômenos complexos que não podem ser reduzidos apenas a dados estatísticos. Nesse sentido, a escolha dessa abordagem possibilita compreender o analfabetismo para além dos indicadores numéricos, considerando seus aspectos históricos, sociais e políticos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na análise de obras, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas relacionadas às políticas públicas educacionais, alfabetização e desigualdades sociais no Brasil. Gil (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador aprofundar o conhecimento sobre determinado fenômeno a partir de contribuições teóricas já produzidas, favorecendo análise crítica e construção do referencial teórico.

O estudo apoiou-se nas contribuições de autores que discutem educação, cidadania, desigualdades sociais e políticas públicas no contexto brasileiro. Freire (1987) foi utilizado como referência central para compreender a alfabetização como prática emancipadora e instrumento de conscientização crítica. As reflexões de Saviani (2008) contribuíram para o debate sobre educação como direito social e papel do Estado na democratização do ensino. Libâneo (2012) fundamentou a discussão acerca da função social da escola e das condições necessárias para garantia da aprendizagem.

As análises de Arroyo (2011) auxiliaram na compreensão das desigualdades educacionais enquanto expressão das desigualdades sociais historicamente construídas no Brasil. Bourdieu e Passeron (2014) contribuíram para o debate sobre reprodução das desigualdades no sistema educacional, especialmente por meio do conceito de capital cultural. As discussões de Soares (2004) foram utilizadas para ampliar a análise sobre alfabetização e letramento, permitindo compreender as limitações do processo educacional para além da aquisição mecânica da leitura e da escrita.

Também foram incorporadas as contribuições de Gadotti (2003), Cury (2002) e Di Pierro (2010), autores que discutem a Educação de Jovens e Adultos, o direito à educação e os desafios das políticas públicas educacionais no enfrentamento do analfabetismo. A articulação entre esses referenciais teóricos possibilitou analisar o fenômeno do analfabetismo de forma multidimensional, relacionando educação, desigualdade social e exclusão histórica.

No que se refere à pesquisa documental, foram analisados dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024 (PNAD Contínua). Os dados estatísticos utilizados permitiram examinar indicadores relacionados às taxas de analfabetismo, desigualdades regionais, diferenças raciais e níveis de escolarização da população brasileira.

A análise dos dados ocorreu de maneira interpretativa, articulando informações estatísticas às



contribuições teóricas dos autores selecionados. Essa relação entre dados quantitativos e análise qualitativa permitiu compreender não apenas a evolução dos indicadores educacionais brasileiros, mas também os limites das políticas públicas diante das desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou construir uma análise crítica sobre o analfabetismo no Brasil e os impactos das políticas públicas educacionais, buscando compreender como fatores históricos, sociais e econômicos continuam influenciando o acesso da população ao direito à educação.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

Os dados analisados ao longo da pesquisa mostram que o analfabetismo no Brasil continua diretamente relacionado às desigualdades sociais que estruturam a realidade brasileira. Mesmo com a redução gradual das taxas de analfabetismo nos últimos anos, milhões de brasileiros ainda vivem em situação de exclusão educacional, especialmente grupos historicamente vulnerabilizados.

Segundo a PNAD Contínua Educação 2024, o Brasil registrou taxa de analfabetismo de 5,3% entre pessoas com 15 anos ou mais de idade, correspondendo a aproximadamente 9,1 milhões de brasileiros analfabetos. Quando comparado ao índice de 6,7% registrado em 2016, percebe-se avanço importante na ampliação do acesso à escolarização. Ainda assim, os indicadores demonstram que a redução do analfabetismo ocorreu de maneira desigual entre regiões e grupos sociais.

A Região Nordeste continua apresentando os maiores índices do país, alcançando taxa de 11,1% em 2024. O dado evidencia permanências históricas relacionadas às desigualdades regionais brasileiras. O acesso à educação ocorreu de forma desigual ao longo da formação social do país, favorecendo determinadas regiões enquanto outras permaneceram marcadas por limitações estruturais relacionadas à renda, infraestrutura e acesso a políticas públicas.

Arroyo (2011) afirma que as desigualdades educacionais refletem desigualdades sociais mais amplas. Questões como pobreza, exclusão social, insegurança alimentar e precarização das condições de vida interferem diretamente no percurso escolar dos sujeitos. Dessa maneira, compreender o analfabetismo exige olhar para além dos indicadores educacionais, considerando também as condições sociais que limitam o acesso da população ao direito à educação.

As desigualdades raciais aparecem de forma significativa nos dados analisados. Em 2024, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas foi de 6,9%, enquanto entre pessoas brancas o índice ficou em 3,1%. Entre idosos com 60 anos ou mais, a diferença torna-se ainda mais expressiva: 21,8% entre pretos e pardos e 8,1% entre brancos. Esses números revelam impactos históricos do racismo estrutural e da exclusão educacional vivenciada pela população negra ao longo da história brasileira.

Bourdieu e Passeron (2014) contribuem para essa discussão ao afirmarem que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades já existentes na sociedade. A escola valoriza determinados conhecimentos



e práticas culturais associados aos grupos socialmente privilegiados, enquanto estudantes provenientes das classes populares frequentemente enfrentam maiores dificuldades de permanência e aprendizagem.

Os dados também revelam avanços relacionados à ampliação da escolarização da população brasileira. O número médio de anos de estudo entre pessoas com 25 anos ou mais passou de 9,1 anos em 2016 para 10,1 anos em 2024. Esse crescimento demonstra impactos positivos das políticas públicas educacionais voltadas à ampliação do acesso à escola.

Entretanto, ampliar escolarização não significa, necessariamente, garantir aprendizagem efetiva. Muitos sujeitos passaram pela escola sem consolidar plenamente habilidades relacionadas à leitura, interpretação textual e utilização social da escrita. Esse cenário amplia o debate sobre analfabetismo funcional e evidencia limites importantes da educação brasileira.

Soares (2004) diferencia alfabetização e letramento ao afirmar que dominar o sistema de escrita não garante participação efetiva nas práticas sociais de leitura e escrita. Parte da população considerada alfabetizada ainda apresenta dificuldades na compreensão textual e na utilização crítica da linguagem escrita em situações cotidianas. Freire (1987) compreende a alfabetização como prática de emancipação social.

Para o autor, educar significa possibilitar leitura crítica da realidade e participação consciente na vida social. Quando a educação se reduz à transmissão mecânica de conteúdos, seu potencial transformador torna-se limitado.

As políticas públicas implementadas nas últimas décadas contribuíram para a redução gradual das taxas de analfabetismo, especialmente por meio da ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de programas de alfabetização. O Programa Brasil Alfabetizado representou uma importante estratégia de inclusão educacional voltada para jovens, adultos e idosos historicamente excluídos do processo de escolarização.

Mesmo com esses avanços, persistem desafios importantes relacionados à permanência escolar, continuidade dos estudos e garantia de aprendizagem efetiva. Muitos estudantes da EJA enfrentam jornadas de trabalho extensas, dificuldades financeiras e limitações relacionadas ao acesso à educação. Di Pierro (2010) destaca que a Educação de Jovens e Adultos historicamente ocupou posição secundária nas políticas educacionais brasileiras, recebendo investimentos insuficientes diante da dimensão do problema.

A análise dos resultados permite compreender que o analfabetismo no Brasil não constitui apenas uma questão pedagógica. Trata-se de um fenômeno social profundamente relacionado às desigualdades econômicas, raciais e regionais presentes na sociedade brasileira. A educação reflete essas desigualdades e, em muitos casos, também participa de sua reprodução.

Os resultados da pesquisa demonstram que o enfrentamento do analfabetismo exige políticas públicas contínuas, articuladas e comprometidas não apenas com o acesso à escola, mas também com permanência, aprendizagem e inclusão social. Reduzir desigualdades educacionais significa enfrentar,



simultaneamente, desigualdades sociais historicamente construídas no país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo permitiu compreender que o analfabetismo no Brasil permanece como uma problemática social e educacional profundamente relacionada às desigualdades históricas presentes na sociedade brasileira. Embora os dados mais recentes demonstrem redução gradual das taxas de analfabetismo, os indicadores analisados revelam que milhões de brasileiros ainda vivem em situação de exclusão educacional, especialmente populações socialmente vulnerabilizadas.

Ao longo da discussão, foi possível perceber que o analfabetismo não pode ser compreendido apenas como ausência do domínio da leitura e da escrita. Trata-se de um fenômeno que interfere diretamente no acesso à informação, na participação social, nas oportunidades de trabalho e no exercício da cidadania. Nesse sentido, discutir alfabetização significa também discutir desigualdade social, acesso a direitos e democratização do conhecimento.

Os dados analisados demonstraram que as políticas públicas educacionais contribuíram para avanços importantes na ampliação do acesso à escolarização e na redução das taxas de analfabetismo no país. Programas voltados à Educação de Jovens e Adultos, iniciativas de alfabetização e ampliação da educação básica representaram estratégias relevantes no enfrentamento da exclusão educacional historicamente vivenciada por grande parte da população brasileira.

Entretanto, os resultados também evidenciaram limites importantes dessas políticas públicas. Persistem desigualdades regionais, sociais e raciais que impactam diretamente o acesso à educação e as condições de aprendizagem da população. As maiores taxas de analfabetismo continuam concentradas entre pessoas idosas, populações pretas e pardas e moradores das regiões Norte e Nordeste, revelando permanências históricas de exclusão social.

As reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho também ampliaram o debate sobre o analfabetismo funcional. Muitos sujeitos passaram pela escola sem consolidar plenamente habilidades relacionadas à leitura, interpretação e utilização social da escrita. Essa realidade demonstra que ampliar matrículas escolares não garante, necessariamente, aprendizagem efetiva e apropriação do conhecimento.

As contribuições teóricas dos autores trabalhados permitiram compreender que a educação possui papel fundamental na construção da cidadania e na redução das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, as análises também evidenciaram que a escola pode reproduzir desigualdades quando não existem condições concretas de democratização do ensino, permanência escolar e garantia da aprendizagem.

O enfrentamento do analfabetismo exige políticas públicas contínuas, articuladas e comprometidas com inclusão social e qualidade educacional. Não se trata apenas de garantir acesso à escola, mas de assegurar condições reais para que os sujeitos possam aprender, permanecer e participar socialmente de



maneira crítica e autônoma.

Os desafios educacionais brasileiros ultrapassam o campo pedagógico. Questões relacionadas à pobreza, desigualdade de renda, racismo estrutural e precarização das condições de vida interferem diretamente nos processos educacionais. Combater o analfabetismo significa, portanto, enfrentar desigualdades sociais historicamente construídas no país.

Os avanços conquistados nas últimas décadas são importantes e demonstram impactos positivos das políticas públicas educacionais. Ainda assim, os resultados analisados revelam que a democratização da educação brasileira permanece incompleta diante das desigualdades que continuam limitando o acesso de parte da população ao direito à educação.

Espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre políticas públicas educacionais, desigualdade social e alfabetização no Brasil, incentivando novos estudos relacionados ao direito à educação e aos desafios da inclusão educacional em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 16 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003**. Institui o Programa Brasil Alfabetizado. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 set. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4834.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4834.htm). Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 17 maio 2026.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/563/562>. Acesso em: 16 maio 2026.

DI PIERRO, Maria Clara. **A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Byj8LBb5ktqKfbcHBJKQjmR/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Educação 2024**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf). Acesso em: 17 maio 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.